

CADERNO DE QUESTÕES

FARMACÊUTICO-FISCAL

NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **60 (sessenta) QUESTÕES** de múltipla escolha referente à Prova Objetiva, correspondentes ao cargo de sua concorrência, e **01 (uma) Prova Discursiva**, composta por uma proposta de Redação.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **5 (cinco)** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas **1 (uma)** correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item 1 e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** e **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)** deverão ser preenchidas com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta preta ou azul.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógios, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. A saída de candidato da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova** (apontado em sua sala de prova), mediante a entrega obrigatória da sua folha de respostas e do seu caderno de questões ao fiscal de sala.
9. O candidato poderá, ao terminar sua prova, levar o Caderno de Questões **SOMENTE** faltando **30 (trinta) minutos** para o tempo previsto do seu término.
10. O tempo disponível para a prova é de **04 (quatro) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS** e/ou **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

BOA PROVA!-----
DESTAQUE AQUI

| | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 01 | 06 | 11 | 16 | 21 | 26 | 31 | 36 | 41 | 46 | 51 | 56 |
| 02 | 07 | 12 | 17 | 22 | 27 | 32 | 37 | 42 | 47 | 52 | 57 |
| 03 | 08 | 13 | 18 | 23 | 28 | 33 | 38 | 43 | 48 | 53 | 58 |
| 04 | 09 | 14 | 19 | 24 | 29 | 34 | 39 | 44 | 49 | 54 | 59 |
| 05 | 10 | 15 | 20 | 25 | 30 | 35 | 40 | 45 | 50 | 55 | 60 |

PROVA DISCURSIVA

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema **“A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PLENO SÉCULO XXI”**.

TEXTO 01

DF registra 41 casos de violência doméstica todos os dias, diz SSP

Número de ocorrências de crimes previstos na Lei Maria da Penha subiu no ano passado em relação a 2017

Dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social nesta quarta-feira (23/1) revelam uma realidade preocupante sobre violência doméstica. Em 2018, em média, 41 mulheres foram agredidas. Em relação ao ano anterior, houve um acréscimo de 402 casos nos registros de Lei Maria da Penha. Ceilândia continua sendo a região administrativa mais hostil ao sexo feminino, com 2.437 casos no ano passado. A maior e mais populosa cidade do DF corresponde, sozinha, a 16,3% do total desse tipo de ocorrência.

Planaltina e Samambaia são a segunda e terceira colocadas no ranking de violência contra a mulher, ambas as cidades com mais de mil registros anuais. As áreas com a menor ocorrência de crimes previstos dessa natureza são o Jardim Botânico (56 casos), Park Way (54) e Setor de Indústria e Abastecimento (30).

O relatório da SSP também compara o perfil dos agressores por faixa etária. O levantamento mostra que a violência é praticada por homens de todas as idades, mas predomina entre aqueles de 18 a 40 anos, que representam 66% do total. Embora as pessoas do sexo masculino sejam a maioria dos autores dos crimes (89,3%), mulheres respondem por 10,7% do total de casos.

A faixa etária predominante entre as vítimas é semelhante a dos autores. O índice entre as vítimas – entre 18 e 40 anos – também é de 66%. Embora a Lei Maria da Penha também contemple homens, mais de 90% dos episódios são contra pessoas do sexo feminino.

[...]

Disponível em: <https://www.metropoles.com/violencia-contra-a-mulher/df-registra-41-casos-de-violencia-domestica-todos-os-dias-diz-ssp>. Acesso em: 25/01/2019

TEXTO 02

A política de combate à violência doméstica precisa chegar às crianças

Ao menos 40 mil atos de violência sexual contra crianças e adolescentes viraram processos judiciais no Brasil, em 2016. Desses, cerca de 35 mil foram de estupros cometidos por adultos. Os dados foram extraídos do Painel Justiça em Números, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com informações dos tribunais brasileiros.

Por trás dos números, pode haver uma realidade ainda mais estarrecedora. No mesmo ano, foram reportados ao Disque-Denúncia cerca de 145 mil casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência, contra crianças e adolescentes. E, em 94% dos casos, os suspeitos eram parentes próximos ou conhecidos da vítima.

O CNJ vem trabalhando para concretizar a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica, instituída este ano pela Portaria n. 15/2017).

A norma não só dá maior agilidade na resolução dos casos judiciais que envolvem violência doméstica, como prevê ações de atendimento multidisciplinar às vítimas, sejam elas mulheres adultas ou crianças e adolescentes, como consta na Lei Maria da Penha. De acordo com a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Andremara dos Santos, o foco da Política é a mulher, mas também a família que vive o cotidiano violento.

“A Lei Maria da Penha é um marco na proteção da mulher, mas, sem dúvida, impactou mais na mulher adulta do que na adolescente e na criança. E as crianças são muito mais vulneráveis e, infelizmente, estão muito mais invisíveis”, disse a juíza. Para Andremara, crianças e jovens precisam ser inseridos no conjunto de proteção prevista pela justiça. “O simples fato de habitar um local onde exista esse tipo de violência já é uma violência”, disse.

A violência infantil gera traumas físicos e psicológicos que se refletem por toda a vida. Especialista em violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, a psicóloga Adriana Dajuz diz que nos lares atuais falta amorosidade e sobra agressividade. “Muitas vezes crianças ou adolescentes tentam contar a verdade e são desacreditadas; outras vezes, escondem a violência por vergonha e medo das reações agressivas. Infelizmente, se a violência não é tratada, mas naturalizada, ela não termina. As próximas vítimas serão os irmãos, filhos, cônjuges, em um ciclo interminável”, disse a psicóloga.

O CNJ orienta os tribunais a participar de iniciativas voltadas ao atendimento integral e multidisciplinar às vítimas de violência. Entre as ações sugeridas pelo Conselho estão parcerias entre entidades governamentais e não governamentais nas áreas de segurança, assistência social, educação e trabalho, em programas de combate e prevenção a todas as formas de violência contra a mulher.

[...]

Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85576-a-politica-de-combate-a-violencia-precisa-chegar-as-criancas>. Acesso em: 25/01/2019

TEXTO 03



DESPROTEGIDAS E SILENCIADAS

Pesquisa realizada pelo Banco Mundial apontou que, em 2015, 49 países não tinham uma legislação que proteja as mulheres da violência doméstica



- Países que não tem legislação contra a violência doméstica

Fonte: Banco Mundial 2017: Mulheres, empresas e a lei

Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/violencia-contra-a-mulher-e-considerada-pandemia-mundial-25112018>. Acesso em: 25/01/2019

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 10

O cérebro devassado (*parte inicial do texto*)

Já é possível ver o cérebro em plena atividade. As descobertas são fascinantes e estão levando a uma melhor compreensão do funcionamento da mente humana.

Anna Paula Buchalla, disponível em www.geocities.ws/epolnet/noticias/cerebrodevassado.htm, acesso em 10/01/2019

O cérebro é considerado a caixa-preta do corpo humano. De tão insondável, foi objeto de todo tipo de especulação. De filósofos a médicos, muito se arriscava em teorias, mas pouco se sabia na prática sobre o que acontecia nesse órgão que faz a grande diferença da espécie humana. Nos últimos cinco anos, contudo, com a invenção e o aprimoramento da ressonância magnética funcional, do PET/CT, que associa a tomografia por emissão de pósitrons à tomografia computadorizada de última geração, e da espectroscopia, novas imagens vieram à luz e estão revolucionando o conhecimento do cérebro.

As descobertas são fantásticas. "É como se tivéssemos substituído a rudimentar luneta de Galileu pelo telescópio Hubble", compara o neurorradiologista Edson Amaro Júnior, do Hospital Albert Einstein e do Hospital das Clínicas, em São Paulo. Como esses exames podem flagrar o cérebro em plena atividade, os pesquisadores estão conseguindo mapear praticamente tudo o que acontece dentro dele – como se processam as emoções, a cognição, o pensamento e o raciocínio e até mesmo como se originam algumas doenças. Essa visão preciosa está prestes a mudar a forma como hoje se detecta e trata uma série de distúrbios, como Alzheimer, autismo, transtorno do déficit de atenção e perda de memória. Ela também ajuda a identificar os aspectos que contribuem para o aparecimento de problemas como depressão, esquizofrenia, alcoolismo e uso de drogas. O trabalho dos neurocientistas, amparado por esse impressionante aparato tecnológico, vai além de desvendar o funcionamento do cérebro. Está-se descobrindo de que maneira ele responde a estímulos externos – tanto que já se criou uma nova modalidade nos Estados Unidos, o neuromarketing. Em suas pesquisas, os neuromarqueteiros utilizam os aparelhos que fornecem imagens do cérebro, para saber que áreas são ativadas quando a pessoa é exposta a marcas, produtos ou imagens e falas de políticos. Dessa forma, ao detectarem as emoções suscitadas, podem direcionar melhor campanhas publicitárias. Não se exclui, ainda, que esse tipo de iniciativa também seja empreendido em tratamentos psicológicos.

Em 1,5 quilo de massa encefálica (valor equivalente ao peso do cérebro de um adulto), 100 bilhões de células nervosas estão em atividade. Cada uma se liga a milhares de outras em mais de 100 trilhões de circuitos. A trama é complexa, precisa e delicada. Graças a ela, o homem pensa, raciocina, lembra. Enxerga, ouve, aprende. Não faz tanto tempo assim, acreditava-se que o ser humano utilizasse apenas 10% de sua capacidade cerebral. Hoje já se sabe que esse é mais um daqueles mitos que se produzem no vaivém da ciência. Os médicos já não têm a menor dúvida de que toda a máquina cerebral é solicitada nas mais diferentes funções. "Qualquer atividade ou pensamento com um mínimo de complexidade, como jogar conversa fora ou ler uma história em quadrinhos, vale-se de inúmeras conexões neuronais em áreas diferentes do cérebro ao mesmo tempo", afirma o neurologista Steven Yantis, da Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, nos Estados Unidos, um dos centros mais avançados do mundo em pesquisas cerebrais.

Durante séculos, o conhecimento da estrutura cerebral humana permaneceu rudimentar. O filósofo grego Aristóteles, um dos primeiros a se debruçar sobre o assunto, acreditava que a memória fosse fisicamente armazenada no cérebro. As recordações ficariam uma a uma impressas no tecido cerebral. No século XVIII, o cientista alemão Franz Joseph Gall divulgou a teoria de que as protuberâncias cranianas poderiam determinar a personalidade das pessoas. Uma de suas concepções era a de que crianças com boa memória também tinham "olhos proeminentes" – uma pista clara de que, segundo ele, a memória estava armazenada no cérebro. Quanto maior a memória, mais "inchado" o cérebro. Conhecida como frenologia, essa teoria foi derrubada em 1861, quando o neuroanatomista francês Paul Broca dissecou o cérebro de um paciente com distúrbios na fala que tinha acabado de morrer. O que ele viu não correspondia ao que dizia a frenologia.

O fato é que, até meados do século XX, os pesquisadores não faziam uma ideia suficientemente clara do que enxergavam dentro do crânio humano. Somente no início dos anos 70 é que foram obtidas as primeiras imagens anatômicas do cérebro. Isso foi possível com a ajuda de computadores que passaram a processar as imagens dos raios X – técnica batizada de tomografia computadorizada. Os médicos começaram a lançar mão com frequência cada vez maior desse tipo de exame, hoje mais avançado, que mostra a estrutura do cérebro em finas fatias. A partir dele, surgiu uma variedade considerável de técnicas que estão ajudando os pesquisadores a entender melhor a relação entre a estrutura cerebral, as funções neuronais e o comportamento humano. Para saber qual área do cérebro está sendo ativada quando alguém, por exemplo, fala ou ouve música, pode-se recorrer ao PET, sigla em inglês para tomografia por emissão de pósitrons, que mapeia o cérebro com a ajuda de material radioativo.

QUESTÃO 01

No título do texto, a autora fez uso da palavra **devassado**. Nas condições semânticas de uso e de efeito, a mais indicada substituta para essa palavra seria:

- (A) Obscuro;
- (B) Desordenado;
- (C) Inacessível;
- (D) Encortinado;
- (E) Investigado.

QUESTÃO 02

Na passagem: "...amparado por esse impressionante **aparato tecnológico**...", a que se refere a autora ao usar a expressão sublinhada?

- (A) Ao cérebro;
- (B) Ao PET/CT;
- (C) Ao telescópio Hubble;
- (D) À mente;
- (E) Aos raios-x.

QUESTÃO 03

Em relação à organização textual, podemos dizer que este é predominantemente:

- (A) Argumentativo-narrativo;
- (B) Narrativo-descritivo;
- (C) Argumentativo-expositivo;
- (D) Narrativo-argumentativo;
- (E) Dissertativo-argumentativo.

QUESTÃO 04

Na primeira linha do texto, a autora diz "O cérebro é considerado a caixa-preta do corpo humano". Em relação ao uso da locução substantiva **caixa-preta**, nesse enunciado, é adequado afirmar:

- (A) Na forma plural, ficaria caixas-preta;
- (B) Constitui uma forma derivada sufixalmente;
- (C) Está empregada no plano conotativo;
- (D) Constitui uma forma composta por aglutinação;
- (E) É um caso de hibridismo.

QUESTÃO 05

Ainda no primeiro parágrafo, depois de lê-lo todo e fazer o mapeamento das formas que reiteram a palavra **cérebro** usada na primeira linha do parágrafo, quais são, na ordem de aparecimento na superfície do texto, seus substitutos sinonímicos?

- (A) Caixa-preta, objeto, órgão, cérebro;
- (B) Mente, corpo humano, cérebro, órgão;
- (C) Insondabilidade, teoria, espécie, tomografia;
- (D) Objeto, órgão, tomografia, espectroscopia;
- (E) Mente, teoria, órgão, espécie humana.

QUESTÃO 06

Em relação à palavra **pósitrons** usada no interior do texto, sua acentuação gráfica se deu pelo mesmo motivo que explica e justifica o acento da palavra...

- (A) Elétron;
- (B) Anatômicas;
- (C) Além;
- (D) Cânon;
- (E) Francês.

QUESTÃO 07

Observe atentamente o fragmento a seguir: "tanto que já se criou uma nova modalidade nos Estados Unidos, o neuromarketing. Em suas pesquisas, os neuromarqueteiros utilizam os aparelhos...". A respeito da palavra **neuromarqueteiros**, é incorreto afirmar:

- (A) Assim como a palavra neuromarketing, também traz dois radicais;
- (B) Retoma a palavra neuromarketing de forma a dar continuidade de sentido ao assunto, sem reiterar a mesma palavra;
- (C) Traz um sufixo agregado ao segundo radical;
- (D) Traz desinência de número;
- (E) Traz 3 vogais temáticas nominais.

QUESTÃO 08

No período: "Como esses exames podem flagrar o cérebro em plena atividade, os pesquisadores estão conseguindo mapear praticamente tudo o que acontece dentro dele – como se processam as emoções, a cognição, o pensamento e o raciocínio e até mesmo como se originam algumas doenças", há três ocorrências da forma **como**. Sobre esse vocábulo, é adequado afirmar:

- (A) O primeiro *como* está sob a orientação sintático-semântica da causalidade;
- (B) O segundo *como* está sob a orientação sintático-semântica da conformidade;
- (C) O terceiro *como* está sob a orientação sintático-semântica de tempo;
- (D) O primeiro e o segundo *como* estão sob a orientação sintático-semântica da conformidade;
- (E) O segundo e o terceiro *como* estão sob a orientação sintático-semântica da comparação.

QUESTÃO 09

A função de linguagem **predominante** neste texto é:

- (A) Função fática;
- (B) Função conativa;
- (C) Função expressiva;
- (D) Função referencial;
- (E) Função da metalinguagem.

QUESTÃO 10

Nesta passagem do texto, "...Paul Broca dissecou o cérebro de um paciente com distúrbios na fala que tinha acabado de morrer...", o termo sublinhado, sintaticamente, funciona como:

- (A) Objeto indireto;
- (B) Complemento nominal;
- (C) Adjunto adnominal;
- (D) Adjunto adverbial de causa;
- (E) Adjunto adverbial modal.

INFORMÁTICA**QUESTÃO 11**

As redes de computadores podem ser classificadas de várias formas, entre elas quanto a sua topologia, que descreve o modo como todos os dispositivos estão ligados entre si e a forma como se processa a troca de informações entre eles. Quanto às redes e à sua topologia é correto afirmar:

- (A) Observa-se uma significativa elevação nos custos com a implantação das redes, face o aumento da eficiência do sistema obtido por meio da combinação de recursos.
- (B) A topologia linear é considerada a mais complexa e difícil de ser implementada, tendo em vista a necessidade de se dispor todos os computadores interligados por um cabo contínuo.
- (C) Quando uma rede apresenta um elemento central que gerencia o fluxo dos dados, estando diretamente conectado a cada dispositivo dessa rede, dissemos que se trata de topologia estrela.
- (D) Topologia múltipla é o tipo de topologia de rede utilizada para interligar vários computadores que se encontram em barramentos diferentes de fluxo de dados, sendo contínuos ou não.
- (E) Rede anel é aquela constituída de um círculo lógico aberto a todas as estações, possibilitando com isso uma grande performance de transmissão se comparada com as demais topologias.

QUESTÃO 12

"Trata-se da maior rede social voltada para profissionais, formada por comunidades que reúnem interessados em algum tema, profissão ou mercado específico. É usado por muitas empresas para recrutamento de pessoas, para troca de experiências profissionais e outras atividades relacionadas ao mundo corporativo".

O trecho textual acima se refere a(o):

- (A) Instagram.
- (B) Pinterest.
- (C) LinkedIn.
- (D) Snapchat.
- (E) Google Corp.

QUESTÃO 13

O Linux é um sistema operacional de código aberto e repleto de recursos. Apresenta-se com uma série de versões que vão desde indicadas para usuários iniciantes até aqueles mais experientes. Observe os dois comandos apontados abaixo, utilizados na versão Ubuntu, e a seguir aponte a alternativa correta.

1. mkdir [nome da pasta]

2. rmdir [nome da pasta]

Os dois comandos acima servem, respectivamente, para:

- (A) Criar uma pasta e; renomear uma pasta.
- (B) Apagar uma pasta e; copiar uma pasta.
- (C) Copiar uma pasta e; renomear uma pasta.
- (D) Criar uma pasta e; apagar uma pasta.
- (E) Copiar uma pasta e; apagar uma pasta.

QUESTÃO 14

Trata-se de uma consideração correta para rede "Extranet":

- (A) Pode ser classificada em extranet local e extranet remota, sendo esta última a mais utilizada.
- (B) Utiliza a Internet para interconectar a intranet de uma empresa com outras intranets.
- (C) Normalmente é implementada no setor público para interconectar unidades de um órgão.
- (D) É absolutamente necessária para o processo de criação e manutenção de um website corporativo.
- (E) Considerada extranet secundária quando possibilitar apenas a conexão de intranets remotas.

QUESTÃO 15

No programa gerenciador de apresentações Power Point, versão 2016, se pode observar a disponibilidade de uma enorme variação de recursos para personalizar uma apresentação multimídia. Observe a imagem abaixo que indica recursos que tratam, especificamente, da apresentação e impressão de slides.



Pergunta-se: em qual opção do menu principal do programa em questão se encontram os recursos indicados pela imagem acima?

- (A) Revisão.
- (B) Exibição.
- (C) Apresentação de slides.
- (D) Design.
- (E) Configurações.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 16

Para os fins da Lei 9.784/99, considera-se Entidade Pública:

- (A) A unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
- (B) A unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (C) O servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- (D) A unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta.
- (E) Apenas o servidor público dotado de poder de decisão.

QUESTÃO 17

Qual das alternativas a seguir não representa um fundamento da República Federativa do Brasil?

- (A) Igualdade.
- (B) Cidadania.
- (C) Dignidade da pessoa humana.
- (D) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (E) Pluralismo político.

QUESTÃO 18

Qual dos Princípios a seguir não rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil?

- (A) Independência nacional.
- (B) Prevalência dos direitos humanos.
- (C) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (D) Defesa da paz.
- (E) Fraternidade entre os povos.

QUESTÃO 19

Conforme a Lei 5.991/73, são estabelecimentos privativos à dispensação de medicamentos, exceto:

- (A) Farmácia.
- (B) Drogeria.
- (C) Posto de medicamento e unidade volante.
- (D) Dispensário de medicamentos.
- (E) Supermercados.

QUESTÃO 20

O Conselho Federal de Farmácia será constituído por quantos membros?

- (A) Pelo dobro de quantos forem os Conselhos Regionais.
- (B) Pelo triplo de quantos forem os Conselhos Regionais.
- (C) Pelo quádruplo de quantos forem os Conselhos Regionais.
- (D) De tantos membros quantos forem os Conselhos Regionais.
- (E) Pelo quádruplo de quantos forem os Conselhos Regionais.

QUESTÃO 21

No Brasil de acordo com a Constituição Federal de 1988 não haverá pena de:

- (A) Privação ou restrição da liberdade.
- (B) Perda de bens.
- (C) Multa.
- (D) Banimento.
- (E) Suspensão ou interdição de direitos.

QUESTÃO 22

Conforme a Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em seu artigo 9º são legitimados como interessados no processo administrativo?

- (A) Pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses coletivos ou no exercício do direito de representação.
- (B) As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses individuais.
- (C) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses coletivos.
- (D) As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses difusos.
- (E) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa que representa **todos** os princípios elencados no artigo 2º da Lei 9.784/99 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- (A) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica.
- (B) Legalidade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- (C) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- (D) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- (E) Legalidade, finalidade, motivação, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

QUESTÃO 24

São direitos sociais conforme o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, **exceto**?

- (A) Proteção à juventude.
- (B) Saúde.
- (C) Moradia.
- (D) Assistência aos desamparados.
- (E) Lazer.

QUESTÃO 25

O Artigo 3º da Constituição Federal trás em seus incisos os objetivos fundamentais da República da República Federativa do Brasil, qual das alternativas a seguir não representa um destes princípios?

- (A) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) Solução pacífica dos conflitos.
- (D) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (E) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

CONHECIMENTOS GERAIS**QUESTÃO 26**

Rio Branco, a capital do Acre, conta com 135 anos desde sua fundação. Mediante os itens da resposta, qual o fato que contribuiu de maneira relevante para a origem da cidade do Rio Branco?

- (A) Criação do Seringal Volta da Empreza.
- (B) Grande quantidade de fazendas instaladas na região.
- (C) Fim dos combates travados entre revolucionários acreanos e tropas peruanas.
- (D) Revolta dos comerciantes da Bolívia.
- (E) Um decreto do imperador do Brasil.

QUESTÃO 27

O território onde fica o estado do Acre já pertenceu a Bolívia. Durante o processo de questionamento de posse, que medidas a Bolívia adotou para garantir a domínio sobre este território?

- (A) Proibiram a exploração extrativista.
- (B) Instituíram a cobrança de impostos sobre a extração da borracha.
- (C) Fundação da cidade de Pedro Juan Cavalero.
- (D) Expulsaram os comerciantes brasileiros.
- (E) Interdição do comercio.

QUESTÃO 28

A conquista e formação territorial do atual Estado do Acre foi empreendida por meio de expedições, lutas e de tratados internacionais. Tendo uma trajetória tão rica de acontecimentos, qual o item que descreve uma situação que não está relacionada a criação deste estado?

- (A) A ocupação do Acre deveu-se ao interesse do Brasil e da Inglaterra na extração da hevea brasilienses.
- (B) O primeiro brasileiro que esteve na região do Alto Purus foi o Conselheiro Filipe Lopes Neto.
- (C) O Acre anteriormente foi anexado à Província do Amazonas, como parte da Província do Rio Negro.
- (D) A origem do nome Acre, vem do topônimo indígena Aquiry, da língua dos Apurinas.
- (E) O primeiro Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio, foi celebrado em La Paz.

QUESTÃO 29

O estado do Acre se organiza geograficamente em uma divisão territorial por mesorregiões, regionais e municípios. Em relação ao município de Manoel Urbano, em que mesorregião ele está localizado?

- (A) Vale do Acre.
- (B) Baixo Acre.
- (C) Purus.
- (D) Vale do Juruá.
- (E) Tarauacá-Envira.

QUESTÃO 30

A entrega do território do Acre para o Brasil resultou um Tratado de Permuta. Considerando-se os itens, qual deles apresenta um acontecimento que está relacionado a entrega deste território?

- (A) Pagou-se a Bolívia cinco milhões de libras esterlinas em cinco parcelas.
- (B) Deu-se a construção da Estrada de Ferro Acreana unindo o sul e norte do território.
- (C) Libertação dos prisioneiros brasileiros e bolivianos provenientes dos confrontos entre Bolívia e Brasil.
- (D) O Brasil cedeu para a Bolívia a área entre o Rio Abunã e Madeira, na margem direita do Rio Paraguaí.
- (E) Criação de novos assentamentos de brasileiros oriundos do nordeste do Brasil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

“O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é o documento que aponta e descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características e riscos, no âmbito dos estabelecimentos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como as ações de proteção à saúde pública e ao meio ambiente”

Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/plano-de-gerenciamento-de-residuos-de-servicos-de-saude/3068> . Acesso: 05 fev. 2019

Segundo a RDC Nº306, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. O PGRSS **NÃO** contempla:

- (A) As medidas preventivas e corretivas de controle integrado de animais peçonhentos.
- (B) As rotinas e processos de higienização e limpeza em vigor no serviço, definidos pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar-CCIH ou por setor específico.
- (C) O atendimento às orientações e regulamentações estaduais, municipais ou do Distrito Federal, no que diz respeito ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- (D) As ações a serem adotadas em situações de emergência e acidentes.
- (E) As ações referentes aos processos de prevenção de saúde do trabalhador.

QUESTÃO 32

“As Boas Práticas de Fabricação é a parte da Garantia da Qualidade que assegura que os produtos são consistentemente produzidos e controlados, com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido pelo registro. O cumprimento das BPF está orientado primeiramente à diminuição dos riscos inerentes a qualquer produção farmacêutica, os quais não podem ser detectados somente pela realização de ensaios nos produtos terminados. Os riscos são constituídos essencialmente por contaminação- cruzada, contaminação por partículas, troca ou mistura de produto.”

Disponível em: <http://boaspraticasfarmaceuticas.blogspot.com/2012/04/porque-as-boas-praticas-de-fabricacao.html> . Acesso em: 06 fev. 2019

Segundo a RDC nº 17, as Boas Práticas de Fabricação é a parte da Garantia da Qualidade que assegura que os produtos são consistentemente produzidos e controlados, com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido pelo registro.

Assinale a alternativa **INCORRETA**, que diz respeito o que determina esta resolução:

- (A) Devem ser realizadas as qualificações e validações necessárias.
- (B) Os funcionários devem ser treinados para desempenharem corretamente os procedimentos.
- (C) Tem que está implantado um sistema capaz de recolher qualquer lote, após sua comercialização ou distribuição.
- (D) As reclamações sobre produtos comercializados devam ser examinadas, registradas e as causas dos desvios da qualidade, investigadas e documentadas.
- (E) As instruções e os procedimentos devem ser escritos em linguagem coloquial, equívoca e serem aplicáveis de forma específica às instalações utilizadas, para facilitar o entendimento.

QUESTÃO 33

“O comércio de drogas, medicamentos e de insumos farmacêuticos é privativo das empresas e dos estabelecimentos definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.”

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5991.htm
Acesso em: 05 fev. 2019

Segundo a referida lei, a dispensação de medicamento é permitida a:

- (A) Farmácia, drogaria, supermercado, ervanaria, dispensário de medicamento.
- (B) Farmácia, drogaria, laboratório oficial, ervanaria, posto de medicamento e unidade volante.
- (C) Farmácia, drogaria, dispensário de medicamento, posto de medicamento e unidade volante.
- (D) Farmácia, drogaria, armazém e empório, dispensário de medicamento.
- (E) Farmácia, drogaria, loja de conveniência, posto de medicamento e unidade volante.

QUESTÃO 34

“Os Esteroides anabolizantes no Brasil são classificados como medicamentos de uso controlado, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segundo portaria que aprova o regulamento técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. A venda e a dispensação desses medicamentos ficam sujeitas à apresentação de receita médica em duas vias, das quais uma cópia fica retida no estabelecimento (Brasil, 1998). Entende-se, portanto, que esse uso controlado fica restrito ao que se considera como uso médico já descrito. Neste quadro, é curioso observar que a "bomba", do ponto de vista dos usuários, funciona em diapasão análogo, ou seja, como uma forma de "uso controlado" do medicamento – no entanto, para outros fins que não os indicados clinicamente.”

Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2012.v16n41/369-382/> . Acesso em: 05 fev 2019

Os medicamentos á base de substâncias anabolizantes são sujeitos a controle especial e são constantes da lista:

- (A) C1.
- (B) C2.
- (C) C3.
- (D) C4.
- (E) C5.

QUESTÃO 35

“A farmácia homeopática no Brasil esteve desde cedo regida por dispositivos legais. Em 1851 tem-se o registro mais antigo relativo ao exercício de farmácia homeopática, sendo que, até 1965, quem orientava os processos de licenciamento de produtos homeopáticos era uma subcomissão de Assuntos Homeopáticos no Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia. Pelo Decreto nº 57.477, de 20/12/65, foi regulamentada a manipulação, receituário, industrialização e venda de produtos utilizados em homeopatia. Logo depois foi instituída a Portaria nº 17, de 1966, que o implantou.”

Disponível em: <http://www.crfsp.org.br/component/phocadownload/category/cartilhas-das-comissoes-assessoras-comites.html?download=7:cartilha-da-comissao-de-homeopatia> Acesso em: 11 fev 2017

Sobre farmácia homeopática, pode-se afirmar:

- (A) A Farmácia homeopática poderá manipular as formulas officinas e magistrais conforme farmacotécnica por ela desenvolvida, independente de aprovação do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia. (com obediência da farmacotécnica homeopática).
- (B) O comércio dos medicamentos homeopáticos está sujeito ao mesmo controle dos medicamentos alopatas, na forma deste Regulamento, observadas as suas peculiaridades.
- (C) Não é permitido às farmácias homeopáticas manter seções de vendas de produtos correlatos a drogas e de medicamentos não homeopáticos, mesmo quando apresentados em embalagens originais.
- (D) É dispensada a apresentação de receita medica para dispensação de medicamentos homeopáticos, ainda que concentração de substancia ativa corresponde às doses máximas farmacologicamente estabelecidas.
- (E) É vedada a comercialização de medicamentos não homeopáticos em farmácias homeopáticas.

QUESTÃO 36

As RDCs tem como propósito creditar organizações prestadoras de serviço de saúde e estabelecer normas para o processo de avaliação, os decretos são documentos que regulamentam uma lei para sua fiel execução, as leis determinam a criação, extinção ou modificação de direitos e obrigações, e as portarias determinam providências de caráter administrativo com o propósito de estabelecer normas de serviços e procedimentos para órgãos. O objetivo é trazer ao conhecimento do farmacêutico, diferentes legislações que, em conjunto, normatizam suas atividades.

Disponível em:

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/farmacia/farmacaceutico-principais-legislacoes-sanitarias/54395> Acesso em: 02 fev 2019

Sobre o decreto federal nº 85.878 de 07 de abril de 1981:

- (A) Trata da ética farmacêutica.
- (B) Dispõe do âmbito profissional farmacêutico.
- (C) Trata da regulamentação de medicamento genérico.
- (D) Configura infrações à legislação sanitária federal.
- (E) Trata da assistência terapêutica.

QUESTÃO 37

“No Brasil é de responsabilidade da ANVISA publicar a lista de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. A lista B1 contém substâncias psicotrópicas sujeitas a notificação azul.”

Disponível em: http://pt.m.wikipedia.org/lista_de_substancias

Segundo RDC nº143, faz parte da Lista B1:

- (A) Alprazolam, bromazepam e morfina.
- (B) Anfetamina, fenciclidina e levamfetamina.
- (C) Fenoperidina, morfina e zolpidem.
- (D) Alprazolam, bromazepam e zolpidem.
- (E) Codeína, tramadol e propiram.

QUESTÃO 38

“A licença para o funcionamento dos estabelecimentos de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos é privativa da autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 5.991, de 17 dezembro de 1973. A qual será válida pelo prazo de um ano, podendo ser revalidada por períodos iguais e sucessivos.”

Disponível em: lei 5.991 de 1973, art. 19 e 20

Sua revalidação deverá ser requerida até:

- (A) Trinta dias de cada exercício.
- (B) Sessenta dias de cada exercício.
- (C) Cento de vinte dias de cada exercício.
- (D) Cento e oitenta dias de cada exercício.
- (E) Noventa dias de cada exercício.

QUESTÃO 39

ANTIMICROBIANOS

VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA -
SÓ PODE SER VENDIDO COM
RETENÇÃO DA RECEITA

Determinado pela
RDC 20/2011 (ANVISA)



Com base na RDC citada, pode-se afirmar:

- (A) A receita de antimicrobianos é válida em todo o território nacional, por 7 (sete) dias a contar da data de sua emissão.
- (B) Em situações de tratamento prolongado a receita poderá ser utilizada para aquisições posteriores dentro de um período de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua emissão.
- (C) A prescrição de medicamentos antimicrobianos deverá ser realizada em receituário privativo do prescritor ou do estabelecimento de saúde, não havendo, portanto modelo de receita específico.
- (D) Os estabelecimentos deverão manter à disposição das autoridades sanitárias, por um período de 10 (dez) anos a documentação referente à compra, venda, transferência, perda e devolução das substâncias antimicrobianas bem como dos medicamentos que as contenham.
- (E) A dispensação de medicamentos a base de antimicrobianos de venda sob prescrição somente poderá ser efetuada mediante receita de controle especial, sendo a 1ª via - Retida no estabelecimento farmacêutico, a 2ª via - Devolvida ao Paciente, atestada, como comprovante do atendimento e a 3ª via - retida para enviar arquivar ao SNGPC.

QUESTÃO 40

“O certificado de regularidade trata-se de um documento obrigatório para todas as farmácias e drogarias, e deve ser renovado anualmente, sendo mantido com informações sempre atuais.”

Disponível em: <https://m2farma.co/consultoria-tecnica-regulatoria/certificado-de-regularidade-tecnica-crt-crf/> Acesso em: 13 fev 2019

O Certificado de Regularidade é um documento expedido:

- (A) Pelo CRF, que comprova a incapacidade do farmacêutico para exercer a direção ou responsabilidade técnica do estabelecimento.
- (B) Pelo CRF, válido por 1 (um) ano, que atesta a regularidade de funcionamento de farmácias e drogarias.
- (C) Pelo CFF, que comprova a capacidade de o farmacêutico responsável prestar Assistência Farmacêutica.
- (D) Pelo CFF, que comprova a excelência em atendimento da farmácia ou drogaria.
- (E) Pela ANVISA, que comprova a regulamentação do SNGPC.

QUESTÃO 41

“O profissional farmacêutico é um profissional multifacetário, com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade”.

Disponível em: <https://guiadafarmacia.com.br/materia/farmacutico-um-profissional-multitarefa/> Acesso em: 10 fev 2019

Neste sentido, dentre as áreas de atuação do farmacêutico, assinale aquela que representa uma atribuição privativa do profissional farmacêutico:

- (A) O desempenho de funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, quando a serviço do público em geral ou mesmo de natureza privada.
- (B) A área de perito criminal.
- (C) A direção, o assessoramento, a responsabilidade técnica e o desempenho de funções especializadas exercidas.
- (D) A vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos e atestados do âmbito das atribuições respectivas.
- (E) O tratamento e controle de qualidade das águas de consumo humano, de indústria farmacêutica, de piscinas, praias e balneários, salvo se necessário o emprego de reações químicas controladas ou operações unitárias.

QUESTÃO 42

“Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.”

Disponível em: art. 1 da Lei Federal n.º 3.820

De acordo com a Lei Federal n.º 3.820, de 11.11.1960, pode-se afirmar:

- (A) Perderá o mandato o conselheiro federal que, sem prévia licença do Conselho, faltar a cinco reuniões plenárias consecutivas, sendo sucedido pelo suplente.
- (B) O mandato dos membros do Conselho Federal é privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de dois anos.
- (C) O Conselho Federal de Farmácia procederá, em sua primeira reunião, ao sorteio dos suplentes que deverão exercer o mandato por um, dois ou três anos.
- (D) O mandato dos membros dos Conselhos Regionais é privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de dois anos.
- (E) O mandato da diretoria dos Conselhos Regionais de Farmácia (CRF) terá a duração de 2 (dois) anos, sendo seus membros eleitos através do voto direto e secreto.

QUESTÃO 43

“O Conselho Federal de Farmácia tem como atribuição principal zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.”

Disponível em: código de ética farmacêutica

Segundo o decreto nº 20.377 de 08 de setembro de 1931, o exercício da profissão farmacêutica compreende:

- (A) A distribuição e o fabrico dos medicamentos galênicos e das especialidades farmacêuticas.
- (B) A manipulação e o comércio dos medicamentos ou remédios similares.
- (C) O descarte dos produtos biológicos e químicos oficiais.
- (D) O comércio direto com o consumidor de todos os medicamentos oficiais, especialidades farmacêuticas, produtos químicos, galênicos, biológicos, etc., e plantas de aplicações terapêuticas.
- (E) Função de químico histopatologista, biologista e legista.

QUESTÃO 44

“Todo estabelecimento industrial farmacêutico deve contar com responsabilidade técnica, a fim de garantir a lisura e a qualidade necessária em todas as etapas, durante todo o prazo de validade do produto, devendo a empresa possuir farmacêutico responsável técnico e farmacêutico(s) substituto(s), devidamente regularizado no CRF e nos órgãos do SNVS, para casos de eventuais ausências e impedimentos do responsável técnico.”

Disponível em: Redação do artigo 5º da Resolução CFF Nº 621 DE 31/03/2016

Considerando o disposto na Resolução que regulamenta as atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica, é CORRETO afirmar:

- (A) A verificação das atividades do farmacêutico responsável técnico e dos demais farmacêuticos nos estabelecimentos industriais deve ser feita pelos fiscais da ANVISA local por meio do preenchimento de “Ficha de Verificação do Exercício Profissional - Indústria”.
- (B) No desempenho da atividade de responsável técnico em indústria farmacêutica, o farmacêutico não está sujeito a infrações éticas e à responsabilidade civil e criminal.
- (C) Todo e qualquer estabelecimento industrial farmacêutico deve contar com responsabilidade técnica, a fim de garantir a lisura e a qualidade necessária em todas as etapas, durante todo o prazo de validade do produto, devendo a empresa possuir técnicos e químicos industriais, devidamente regularizados.
- (D) O farmacêutico responsável técnico da indústria farmacêutica deve participar da decisão de recolhimento de um lote de produto do mercado e deve participar do comitê de coordenação de recolhimento do produto, além de ser informado sobre qualquer outra ação efetuada.
- (E) O farmacêutico responsável técnico da indústria farmacêutica não precisa participar das atividades relacionadas à qualidade do produto, deve apenas empreender esforços para o comprometimento de todas as pessoas envolvidas na adesão às BPF.

QUESTÃO 45

“A Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS) é a principal legislação nacional sobre o comércio de medicamentos sujeitos a controle especial. Nela, as substâncias estão distribuídas em listas que determinam a forma como devem ser prescritas e dispensadas. Estas listas são atualizadas através de Resoluções de Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e devem ser acessadas por todos os profissionais que trabalham com substâncias sujeitas a controle especial.”

Disponível em: https://crf-pr.org.br/uploads/pagina/25664/Manual_Dispensacao_de_Medicamentos_4_Edicao.pdf.
Acesso em: 08 fev 2019

Sobre a prescrição e receituário de medicamentos sujeitos a controle especial, é correto afirmar que:

- (A) A Notificação de Receita "A", para a prescrição dos medicamentos e substâncias das listas "A1" e "A2" e "A3", de cor azul, será impressa, as expensas da Autoridade Sanitária Estadual ou do Distrito Federal, contendo vinte folhas em cada talonário. Será fornecida gratuitamente pela Autoridade Sanitária competente.
- (B) A Notificação de Receita "B", de cor amarela, impressa as expensas do profissional ou da instituição, terá validade por um período de 30 (trinta) dias contados a partir de sua emissão e somente dentro da Unidade Federativa que concedeu a numeração.
- (C) A Notificação de Receita "B" poderá conter no máximo cinco ampolas e, para as demais formas farmacêuticas, a quantidade para o tratamento correspondente no máximo a trinta dias.
- (D) A Notificação de Receita Especial da Talidomida, terá validade de quinze dias, contados a partir de sua emissão e somente dentro da Unidade Federativa que concedeu a numeração.
- (E) A Notificação de Receita Especial, de cor branca, para prescrição de medicamentos a base de substâncias constantes da lista "C2" e de suas atualizações será impressa às expensas do médico prescritor ou pela instituição a qual esteja filiado e terá validade por um período de sessenta dias contados a partir de sua emissão.

QUESTÃO 46

“Segundo a RDC 36/2013, o núcleo de segurança do paciente (NSP) é a instância do serviço de saúde criada para promover e apoiara implementação de ações voltadas à segurança do paciente”

Disponível em: ANVISA, GVMS, GGES. Implantação do núcleo de segurança do paciente em serviços de saúde, p. 13, 2016.

O NSP (núcleo de segurança do paciente) deve-se adotar princípios e diretrizes, dentre eles estão:

- (A) Implementar protocolos do ministério da saúde.
- (B) A disseminação sistemática da cultura de segurança.
- (C) A garantia de boas práticas de fabricação.
- (D) A melhoria continua dos processos medicamentosos.
- (E) A monitorização dos processos de gestão de risco.

QUESTÃO 47

“A dispensação de medicamentos no âmbito de estabelecimentos ou serviços de saúde faz parte do processo de atenção à saúde e deve ser considerada como uma ação integrada do farmacêutico com os outros profissionais desta área. Neste contexto, a prestação dos serviços farmacêuticos como parte integrante da atenção ao paciente é determinante para garantir qualidade e o acesso aos serviços de saúde.”

Disponível em: Livro - farmácia não é um simples comércio

Com base no texto, e na resolução que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico é correto afirmar:

- (A) As atribuições clínicas do farmacêutico visam à promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção reações adversas.
- (B) As atribuições clínicas do farmacêutico visam proporcionar cuidado a equipe multiprofissional, de forma a promover o uso racional de medicamentos e otimizar a farmacoterapia, com o propósito de alcançar resultados definidos que melhorem a qualidade de vida do paciente.
- (C) No âmbito de suas atribuições, o farmacêutico presta cuidados à saúde, em todos os lugares e níveis de atenção, em serviços públicos ou privados.
- (D) As atribuições clínicas do farmacêutico visam atender às necessidades de saúde do paciente, da família, dos cuidadores e da sociedade, e são exercidas em conformidade com o estatuto da criança, idoso ou adolescente.
- (E) É atribuição clínicas do farmacêutico relativas ao cuidado à saúde, solicitar ao paciente incidentes relacionados aos medicamentos e a outros problemas relacionados à farmacoterapia.

QUESTÃO 48

“São infrações sanitárias construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes.”

Disponível em: art. 10 lei federal 6437

As infrações sanitárias classificam-se em:

- (A) Fracas, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante.
- (B) Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância agravante.
- (C) Graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante.
- (D) Gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias atenuante.
- (E) Levíssima, aquela em que o infrator seja beneficiado por circunstancia atenuante.

QUESTÃO 49

“Os serviços de atendimento pré-hospitalar, farmácia hospitalar e outros serviços de saúde, têm como principal objetivo contribuir no processo de cuidado à saúde, visando à melhoria da qualidade da assistência prestada ao paciente, promovendo o uso seguro e racional de medicamentos - incluindo os radiofármacos e os gases medicinais - e outros produtos para a saúde, nos planos assistencial, administrativo, tecnológico e científico.”

Disponível em: Resolução nº 492 de 26 de novembro de 2008

Ao farmacêutico Diretor-Técnico da farmácia hospitalar, em particular, compete:

- (A) Buscar os meios necessários para o funcionamento dos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, relacionados aos pacientes, em conformidade com os parâmetros mínimos recomendáveis.
- (B) Organizar, supervisionar e orientar tecnicamente, todos os representantes de medicamentos, de forma a assegurar o mínimo recomendável para o funcionamento harmonioso do estabelecimento de saúde, dentro da visão da integralidade do cuidado.
- (C) Estimular a implantação e o desenvolvimento da Farmácia terapêutica, farmácia homeopática e da Atenção Farmacêutica.
- (D) Articular parcerias com as farmácias particulares para doar medicamentos ao hospital.
- (E) Incorporar sistemas informatizados para a gestão de estoques, desenvolvendo infra-estrutura adequada à utilização de tecnologia da informação e de comunicação.

QUESTÃO 50

“Medicamento fracionado é aquele fabricado pela indústria, que pode ser dividido em dose unitárias, facilitando a administração do medicamento na quantidade estabelecida na prescrição médica.”

Disponível em: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Medicamento_fracionado
Acesso em: 12 fev 2019

Em relação ao fracionamento de medicamentos, é correto afirmar:

- (A) O fracionamento pode ser efetuado na ausência da prescrição médica.
- (B) Área de fracionamento é a área identificada e invisível para o consumidor e usuário de medicamento, que se destina as operações relacionadas ao fracionamento das unidades farmacêuticas.
- (C) O procedimento de fracionamento é exclusivo de hospitais.
- (D) Após o fracionamento, a embalagem primária deve ser acondicionada na embalagem primária fracionada, a qual deve ter rotulo referente ao medicamento fracionado.
- (E) Apenas pode ser fracionado o medicamento a partir da embalagem original fracionável.

QUESTÃO 51

“Podemos chamar de ética farmacêutica o conjunto de normas de procedimento, valores e condutas profissionais aplicadas às peculiaridades do profissional farmacêutico no exercício das atribuições profissionais e nas relações com a comunidades.”

Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/farmacia/etica-farmacaceutica-e-julgamento-etico/9851> Acesso em: 12 fev 2019

O Código de Ética da Profissão Farmacêutica, instituído pela Resolução nº 596 de 21 de fevereiro de 2014 do Conselho Federal de Farmácia, estabelece que:

- (A) A apuração da denúncia se inicia por ato do Presidente da Comissão de Ética do CFF.
- (B) O Presidente da Comissão de Ética terá o prazo de dois meses, contados a partir do recebimento da solicitação, para entregar a análise, que pode ser monocrática ou em conjunto com os demais membros.
- (C) Compete ao Conselho Regional de Farmácia processar e julgar em primeira instância os profissionais sob sua jurisdição e seus membros colegiados, inclusive gestores e conselheiros, observado o princípio da segregação.
- (D) A punibilidade por falta sujeita a processo ético-disciplinar pelo Conselho Regional de Farmácia em que o profissional está inscrito prescreve em dois anos, contados da data de verificação do fato respectivo ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- (E) Cada Comissão de Ética será composta por, no mínimo, 3 (três) farmacêuticos nomeados pelo Presidente do Conselho Federal de Farmácia e homologados pelo Plenário, com mandato igual ao da Diretoria.

QUESTÃO 52



Disponível em <http://www.atitudeambiental.com/classe.html>

De acordo com a RDC 306, os resíduos podem ser classificados em:

- (A) Grupo A, resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente.
- (B) Grupo B, resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.
- (C) Grupo C, materiais perfurocortantes ou escarificantes.
- (D) Grupo D, resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente.
- (E) Grupo E, quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos.

QUESTÃO 53
RDC 18/2010 – Alimentos para Atletas

Isentos de registro

- 1) Suplemento hidroeletrólítico para atletas
- 2) Suplemento energético para atletas (carboidratos)
- 3) Suplemento protéico para atletas
- 4) Suplemento para substituição parcial de refeições de atletas
- 5) Suplemento de creatina para atletas
- 6) Suplemento de cafeína para atletas
- 7) Aminoácidos de cadeia ramificada (BCAA)


 Disponível em: <https://www.google.co/amp/s/slideplayer.com.br/amp/9052910/>

Sobre a rotulagem dos alimentos para atletas podemos afirmar:

- (A) Deve conter em todos os rótulos: “Este produto não substitui uma alimentação equilibrada e seu consumo deve ser orientado por um farmacêutico.”
- (B) Nos rótulos de suplementos de cafeína para atletas deve constar “este produto não deve ser consumido por crianças, gestantes, idosos e portadores de enfermidades”.
- (C) Devem constar imagens e ou expressões que façam referências a hormônios e outras substâncias farmacológicas e ou do metabolismo.
- (D) Devem constar expressões “anticatabólico”, “anabólico”, “massa muscular”.
- (E) Nos rótulos de suplementos hidroeletrólíticos para atletas deve constar: “isotônico” para os produtos pronto para o consumo com osmolaridade entre 270 e 333 mOsm/Kg água.

QUESTÃO 54

“O órgão federal responsável pela vigilância sanitária regulamentará, em até noventa dias, os critérios para a aferição da equivalência terapêutica, mediante as provas de bioequivalência de medicamentos genéricos, para a caracterização de sua intercambialidade.”

Disponível em: Art. 2º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999

Bioequivalência é demonstração de equivalência farmacêutica entre produtos que apresentam:

- (A) A mesma forma farmacêutica, composição qualitativa e quantitativa de princípio(s) ativo(s) idênticos, e biodisponibilidade comparável.
- (B) A mesma eficácia, segurança e qualidade, e biodisponibilidade comparável.
- (C) As mesmas composição quantitativa de princípio(s) ativo(s) e absorção comparável.
- (D) A mesma concentração e indicação terapêutica, e distribuição comparável.
- (E) A mesma forma farmacêutica, via de administração e posologia, e eliminação comparável.

QUESTÃO 55

“O código penal vigente no Brasil foi criado pelo decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, então pelo presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo. O atual código é o 3º da história do Brasil e o mais longo em vigência.”

Disponível em: WIKIPÉDIA – código penal

De acordo com o código penal brasileiro, os crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral podem ser:

- (A) Peculato é retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, sob pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.
- (B) Prevaricação é apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio sob pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa.
- (C) Violação do sigilo de proposta de concorrência é devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo sob pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.
- (D) Advocacia administrativa é exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida sob pena de reclusão, de dois a oito anos, e multa.
- (E) Concussão é patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário sob pena de detenção, de um a três meses, ou multa.

QUESTÃO 56

“A obesidade é uma desordem metabólica e comportamental complexa que altera os mecanismos de controle do balanço energético corporal. As anfetaminas são as principais substâncias utilizadas em compostos emagrecedores, são atrativas por gerarem resultados rápidos e inibição do apetite; em contrapartida induzem alterações no sistema nervoso central e provocam dependência química.”

Disponível em: revista científica da FHO/UNIARARAS “utilização de anfetaminas como anorexígenos relacionadas à obesidade.” v.3,n.1/2015.

De acordo com a RDC ANVISA 52/2011 fica vedada o uso das substâncias:

- (A) Femproporex, sibutramina e talidomida.
- (B) Anfepromona, femproporex e mazindol.
- (C) Sibutramina e anfepromona.
- (D) Talidomida e femproporex.
- (E) Talidomida e sibutramina.

QUESTÃO 57

“O SNGPC monitora as movimentações de entrada (compras e transferências) e saída (vendas, transformações, transferências e perdas) de medicamentos comercializados em farmácias e drogarias privadas do país, particularmente os medicamentos sujeitos à Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, como os entorpecentes e antipsicóticos, e os antimicrobianos. O sistema substituiu de forma gradual, entre 2007 e 2008, a escrituração tradicional (manual – livro de registros – ou informatizada), em que as informações ficavam apenas na empresa, pela escrituração obrigatoriamente eletrônica, com transmissão dos dados para a Anvisa.”

Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/sngpc> Acesso em: 09 fev 2019

Sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, é correto afirmar:

- (A) O acesso ao SNGPC pressupõe a realização e atualização dos cadastros do estabelecimento, do gestor de segurança e do farmacêutico substituto.
- (B) Os dados da escrituração sanitária devem ser transmitidos eletronicamente em arquivos no intervalo de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 10 (dez) dias consecutivos.
- (C) A transmissão eletrônica deve ser realizada e atualizada, no mínimo, uma vez por mês.
- (D) Configurada infração por inobservância de preceitos legais no SNGPC, a autoridade sanitária deve autuar a farmácia e multar o farmacêutico responsável técnico.
- (E) Todas as farmácias e drogarias devem, obrigatoriamente, utilizar o SNGPC para escrituração sanitária dos medicamentos, insumos farmacêuticos e preparações e/ou especialidades farmacêuticas de que trata a Resolução 22/2014.

QUESTÃO 58

“A Atenção básica é um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde.”

Disponível em: portaria nº2.488, de 21 de outubro de 2011

Segundo a portaria nº2.488, garantir fontes de recursos federais para compor o financiamento da Atenção Básica, compete:

- (A) Ao ministério da saúde.
- (B) Aos estados.
- (C) Ao distrito federal.
- (D) Aos municípios.
- (E) A ANVISA.

QUESTÃO 59

“Anvisa é uma agência reguladora, sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao ministério da saúde. Exerce o controle sanitário de todos os produtos e serviços (nacionais ou importados).”

Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br> Acesso em: 12 fev 2019

A lei que trata da criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária é:

- (A) Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999.
- (B) Lei nº3820 de 11 de novembro de 1960.
- (C) Lei nº6360 de 23 de setembro de 1976.
- (D) Lei nº6473 de 1977.
- (E) Lei nº9797 de 10 de fevereiro de 1999.

QUESTÃO 60

“O exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeiro, fica sujeito à fiscalização na forma do decreto nº 20.931, é permitido o exercício dessas profissões enumeradas em qualquer ponto do território nacional, a quem se achar habilitado nelas de acordo com as leis federais e tiver título registado no Departamento Nacional de Saúde Pública e na repartição sanitária estadual competente.”

Disponível em: Decreto nº 20.931, de 11 de Janeiro de 1932

De acordo como o Decreto nº 20.931, de 11 de Janeiro de 1932, que Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, é correto afirmar:

- (A) Os profissionais que se servirem do seu título para a prescrição ou administração indevida de tóxicos entorpecentes, além de serem responsabilizados criminalmente serão suspensos do exercício da sua profissão por tempo indeterminado, e demitidos de qualquer cargo público que exerçam.
- (B) Não é permitido o tratamento de toxicômanos em domicílio. Esses doentes serão internados obrigatoriamente em estabelecimentos hospitalares, devendo os medico assistentes comunicar a internação à Inspeção de Fiscalização do Exercício da Medicina, do Departamento Nacional de Saúde Pública, ou à autoridade sanitária local e apresentar-lhe o plano clínico para a desintoxicação.
- (C) É permitido o uso continuado de entorpecentes no tratamento de doenças ou afecções para o qual sejam admissíveis ou recomendáveis outros recursos terapêuticos, salvo quando, em conferencia médica, na qual deve tomar parte a autoridade sanitária, ficar demonstrada a necessidade imprescindível do uso continuado de medicação dessa natureza.
- (D) Ao profissional que prescrever ou administrar entorpecentes para alimentação da toxico-mania será cassada pelo diretor geral da agencia de vigilância nacional, no Distrito Federal, e nos Estados pelo respectivo diretor dos serviços sanitários, a faculdade de receitar essa medicação, pelo prazo de um a cinco anos, devendo ser o fato comunicado às autoridades policiais para a instauração do competente inquérito e processo criminal.
- (E) Os profissionais que forem toxicômanos serão sujeitos a exame médico legal, não lhes sendo permitido prescrever entorpecentes pelo espaço de um a dez anos.